

A Guerra Peninsular e o mundo dos negócios: o caso de João Ferreira Troca

Daniel Alves, Departamento de História, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

1. Introdução¹

As Invasões Francesas foram momentos de profunda desorganização política, económica e social para Portugal. A fuga da família real, o esforço financeiro e a destruição causada pelas sucessivas campanhas militares colocaram o país em crise. Foram, contudo, uma época de oportunidades para determinadas áreas de negócio e para um conjunto de homens empreendedores que viam na guerra e nas necessidades logísticas dos exércitos uma forma de enriquecimento.

Homens de negócios que investiam em áreas tão diversificadas como a contratação de rendas eclesiásticas, a aquisição de bens de raiz ou o empréstimo de dinheiro a juros. A guerra foi apenas mais uma possibilidade de gerar novos investimentos e, porventura, maiores lucros.

João Ferreira Troca é um exemplo deste tipo de negociante. No início do século XIX, era já um homem de alguns capitais e bens de raiz que começava a diversificar os seus interesses. A guerra foi uma janela de oportunidade para iniciar a sua caminhada rumo à categoria de grande proprietário, “que vive de seus bens”, como era descrito cerca de 20 anos mais tarde.

Este texto debruça-se sobre as actividades por ele desenvolvidas, na altura da Guerra Peninsular e nos anos seguintes, e procura traçar resumidamente a biografia deste importante homem de negócios do final do Antigo Regime.

2. Quem era João Ferreira, “o Troca”?

João Ferreira, nome de baptismo, era natural de S. Antão do Tojal e filho de Veríssimo Ferreira. Terá nascido cerca de 1770². O apelido “Troca” não era de família, mas aparentemente resultou de uma alcunha relacionada com as primeiras actividades

¹ O presente texto é uma versão ampliada e corrigida do esboço biográfico de João Ferreira Troca incluído na tese de Mestrado do autor. Daniel Ribeiro Alves, *Os Dízimos no Final do Antigo Regime: Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834)*, Dissertação de Mestrado policopiada, FCSH-UNL, 2001.

² Em 13 de Março de 1816 são-lhe atribuídos 46 anos de idade. IAN-TT, Registo Geral de Mercês, lv. 1, fl. 354v.

comerciais: dedicava-se ao “contrabando” e à “troca de cavalos, a par da compra e venda”³. Em 1806 era efectivamente declarado como “negociante de cavalgaduras”⁴. Morava já na Rua do Príncipe ao Passeio Público, freguesia de Santa Justa, morada que manteve até ao final da vida, em 1840⁵.

Casado com D. Rosa Maria do Espírito Santo teve três filhos: João Ferreira da Luz, falecido em 4 de Outubro de 1829, António Ferreira, seu sócio em muitos negócios, e Maria Rosa Ferreira Cró, casada em Fevereiro de 1811 com José Maria Cró, igualmente sócio de Ferreira Troca em algumas actividades⁶.

A fama do negociante, na Lisboa do primeiro terço do século XIX, era significativa e vinha-lhe, em parte, do negócio de aluguer, compra e venda de animais, de “bestas”. O padre José Agostinho de Macedo queixava-se, em Julho de 1828, numa carta dirigida ao Procurador-geral do Mosteiro de Alcobaça, que não era “o Troca”, quando “todo o mundo” lhe pedia mais uma “Besta”, num jogo de palavras que aludia ao conjunto de opúsculos que publicou já nos últimos anos de vida designados “A Besta Esfolada”, bem como ao principal negócio do famoso alquilador⁷.

Contudo, nem só os negócios o tornaram conhecido. As suas posições políticas, como “acérrimo miguelista” que parece ter sido, e a sua alegada participação nas perseguições aos liberais, tornavam-no um personagem suficientemente destacado para ser recordado por Luz Soriano⁸.

O seu apoio ao Infante, além de alegados actos de espionagem a favor da causa absolutista⁹, ficou evidenciado na altura da Abrilada, na noite de 29 para 30 de Abril de

³ Luís Pastor de Macedo, “Uma figura tristemente célebre”, in *Olisipo*, n.º 40, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 1947, p. 187 e IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 229, fl. 4v.

⁴ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 229, fl. 4v.

⁵ Dulce Freire, *Os dízimos no distrito de Lisboa: os últimos cinco anos (1827-1831)*, Lisboa, policopiado, 1996, p. 97.

⁶ IAN-TT, Inventários Orfanológicos, Maço 357, João Ferreira da Luz, fl. 33, IAN-TT, Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, Santa Justa, Casamento, lv. 15-C, fl. 270v e IAN-TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 735, doc. 47.

⁷ José Agostinho de Macedo, *Obras inéditas: cartas e opúsculos*, Lisboa, Typ. Academia Real das Sciencias, 1900, p. 1.

⁸ Também Rocha Martins e Luís Pastor de Macedo se referem a Ferreira Troca, em parte, repetindo as informações transmitidas pelo “historiador” da Guerra Civil. Cf. respectivamente *Os românticos antepassados de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945, p. 103 e “Uma figura...”, pp. 187-189.

⁹ O relato existente sobre estes factos não é totalmente imparcial, mas não deixa de ser interessante. “Um grande partidário do infante, o alquilé, por alcunha o Troca, recebia na sua casa do pátio do Rossio, perto do palácio Cadaval, as informações mais completas. Receptor de roubos, tendo relações com gatunos de toda a espécie, acolhia-os bem como aos mendigos numerosos que infestavam Lisboa. Eram os seus melhores agentes. Até pequenitos famintos serviam de espias.” Rocha Martins (dir.), *Arquivo Nacional. Arquivo de história antiga e de crónicas contemporâneas*, Lisboa, Edições ABC, 1933, n.º 57, p. 79.

1824, quando D. Miguel e os seus partidários esboçaram um golpe de Estado contra D. João VI.

No dia 29 de Abril de 1824, enquanto decorria um baile oferecido pelo embaixador de Inglaterra, “os Ministros foram prevenidos de que se tentava contra a ordem pública e encarregaram o Intendente Geral da Polícia, o barão de Rendufe, de tomar todas as medidas preventivas”. Entretanto, estavam já a ser presos, às ordens de D. Miguel, muitos militares e membros da Guarda Real¹⁰. Rendufe, depois de considerar “impossível obstar à revolta das tropas, correu logo à secretaria da respectiva intendência, (...) tendo lá inutilizado (...) os papéis de importância que julgou conveniente não irem parar às mãos de D. Miguel”. De seguida, procurou esconder-se em casa do embaixador da Rússia. Ao chegar perto da actual praça dos Restauradores foi reconhecido por João Ferreira Troca, “rico e famoso alquilador, bem conhecido de toda a capital”, que lhe ofereceu guarida na sua casa situada onde mais tarde se construiria o Avenida Palace. A intenção, contudo, era denunciá-lo aos partidários de D. Miguel, que imediatamente o prenderam e “conduziram a Queluz”, onde foi torturado, segundo Luz Soriano, na presença do próprio Infante¹¹.

3. Um “negociante de cavalgadas” na Guerra Peninsular

As primeiras notícias sobre as actividades de João Ferreira Troca datam de inícios do século XIX. Era já nessa altura, ainda antes das Invasões Francesas, um homem de grandes capitais e alguns bens de raiz que se dedicava, em grande medida, à venda de cavalos, por vezes a crédito, e ao empréstimo de dinheiro a juros, aparentando ser credor privilegiado de militares.

¹⁰ *Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna...*, Parte Primeira e Segunda, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. 393.

¹¹ Luz Soriano, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo II, Parte I, 1882, p. 224; Idem, *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*, Lisboa, Typ. Universal, 1860, p. 56; *Memórias do Marquês de Fronteira...*, pp. 394-395. Depois da Abrilada foi instaurado um processo contra os “executores do movimento”, do qual consta o depoimento do Marquês de Angeja, um dos nobres mandados prender por D. Miguel. Na madrugada do dia 30 de Abril foi o marquês informado por um criado “que o Rossio estava cheio de tropa” e que, entre outros, “procuravam prender (...) o intendente geral da polícia”. Por volta do meio-dia D. Miguel reuniu-se com os seus apoiantes em casa do “sota Leonardo”. Nesse mesmo dia, “às ave-marias se apresentou João Ferreira, o Troca, no quarto de sua Alteza Real”, tendo pedido ao Marquês de Angeja que informasse D. Miguel “que tinha achado em sua casa o Intendente Geral da Polícia o qual deixava em segurança”, o que o marquês recusou fazer. Talvez por este motivo lhe tenha sido ordenada a prisão pelo Infante. Cf. Francisco Alberto da Costa Cabral, *Liberals e absolutistas: antecedentes de uma polémica sangrenta*, Lisboa, Livraria J. Rodrigues, 1932, pp. 65-66. Este autor baseia-se na transcrição do testemunho do marquês apresentada na obra *D. Miguel em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, 1852, pp. 186 a 189.

Era natural que assim acontecesse, pois a “tradição”, associada à instabilidade de finais do século XVIII e início do XIX, ainda levava muitos militares a concorrerem ao lugar de “capitão de cavalos”, com as necessidades de aquisição e manutenção de um conjunto significativo de montadas. A par com esta realidade, o negócio da venda de cavalos contava ainda com as vantagens associadas a outras tradições que impunham a “obrigatoriedade ‘milicianas’ e censitárias da criação de equídeos”, forçando “os indivíduos com certo nível de riqueza (...) a ter éguas ou cavalos para esses efeitos.”¹²

No caso dos militares, é provável que as suas aspirações os levassem a investir “largas somas de dinheiro”¹³ na aquisição e manutenção de cavalos. A expressão surge num processo de penhora colocado por João Ferreira Troca contra um capitão de cavalaria, mas é atestado igualmente pela investigação de Fernando Dores Costa sobre a organização da cavalaria entre a Restauração e o início da Guerra Peninsular, ao referir que “levantar uma companhia era um pesado ‘investimento’”.¹⁴

O início do século XIX poderá ter significado a introdução de algumas inovações neste quadro, mas tendo em conta os montantes detectados em alguns contratos e confissões de dívidas em que intervinha Troca, é muito natural que se possa pensar que ainda não estava de todo alterada a tradição de se verem “elementos de reconhecida nobreza” a procurar “lugares de capitães de cavalos (...) inclusivamente através do dispêndio de somas significativas” na aquisição dos mesmos, funcionando este sistema como uma “forma peculiar de aquisição do posto.”¹⁵

Contudo, nem sempre estes investimentos compensavam ou podiam sequer ser mantidos, em especial, quando as condições mudavam repentinamente, como terá ocorrido certamente como consequência e no decurso das Invasões Francesas.

Em 1804 João Ferreira Troca tinha emprestado 13.504\$200 réis a um “cadete do Primeiro Regimento de Cavalaria de Alcântara”. Em Setembro de 1806 parte da dívida era paga com a venda de duas herdades, “de Matta Lobinhos e Lombo do Bispo”¹⁶. A escritura de compra e venda de uma quinta e mais casas na freguesia de Belas a José Inácio da Costa Quintela, “Tenente de Cavalaria no Regimento de Alcântara”, pela

¹² Fernando Jorge Dores Costa, *Insubmissão. Aversão e inconformidade sociais perante os constrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 117, 196 e, em especial, pp. 169 a 195.

¹³ IAN-TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 1475, doc. 6.

¹⁴ Fernando Jorge Dores Costa, *Insubmissão...*, p. 186.

¹⁵ Fernando Jorge Dores Costa, *Insubmissão...*, p. 196.

¹⁶ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 229, fl. 3v-5v.

quantia de 8.400\$000 réis, realizada a 6 de Fevereiro de 1806, provavelmente escondia uma situação semelhante¹⁷.

Em 1807 eram 7.160\$000 réis emprestados a um coronel de milícias, provavelmente consequência de outro negócio de cavalos. Uma dívida de que Ferreira Troca ainda se encontrava credor em 1814, aparentemente, por causa das campanhas militares¹⁸. Ainda antes da invasão de Junot, são vários os cavalos que Troca e o seu sócio Joaquim José Marrocos vendem a José Joaquim de Miranda, capitão do regimento de cavalaria n.º 4. Em Outubro, o militar acaba por fazer hipoteca dos seus bens como garantia do pagamento da dívida que acumulava¹⁹. Porém, para Troca a guerra não era motivo, nem desculpa, para incumprimentos e um homem “que vive de seu negócio” (fórmula que invariavelmente o apresentava nos livros de notas desta época) tinha de ser implacável no cumprimento dos contratos. Como o capitão não conseguia pagar a dívida, os credores, em 1809, exigiram a penhora de todos os seus bens e rendas²⁰.

Ao longo de 1806 e 1807 são vários os casos detectados de confissões de dívidas por compra de cavalos, na maior parte das vezes envolvendo militares, como em Outubro de 1807, quando Francisco Assis de Almeida e Matos Mexia Feio, cadete do regimento de cavalaria n.º 7, se declarou devedor da quantia de 37 moedas de ouro, no valor de 4\$800 réis cada uma, pela “compra de um cavalo preto”²¹.

Contudo, a partir de Outubro de 1807, de forma abrupta e apenas com uma excepção²², o negócio de “cavalgadas” de João Ferreira Troca aparenta ter sido interrompido, pois até ao final de 1810 não foi possível detectar qualquer outra escritura onde esta actividade fosse declarada. Começam, sim, a surgir outras, como a compra e venda de propriedades, a referência a “terras de sementeira”, à venda de cereais e ao arrendamento da cobrança de rendas eclesiásticas e comendas²³.

O que poderia ser encarado como um desaire, um contratempo estreitamente relacionado, até pela proximidade temporal, com o início da 1ª Invasão Francesa, foi, muito provavelmente, uma grande oportunidade de desenvolvimento, a médio prazo, da

¹⁷ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 225, fl. 73-78.

¹⁸ IAN-TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 715, doc. 31 e Maço 1205, doc. 125.

¹⁹ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 30, lv. 233, fl. 65v-66 e lv. 235, fl. 8v-9.

²⁰ IAN-TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 1475, doc. 6.

²¹ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 225, fl. 21-22; cx 29, lv. 230, fl. 34v-35; lv. 231, fl. 79v-80v; lv. 232, fl. 96v-97 e lv. 233, fl. 32v-34.

²² Caso da confissão de dívida de um guarda de número da Casa da Índia, em Fevereiro de 1808, pela compra de vários cavalos. IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 30, lv. 236, fl. 32-32v.

²³ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 30, lv. 237, fl. 71-71v; lv. 238, fl. 1-2; cx 31, lv. 244, fl. 53v-54v e lv. 246, fl. 88-89.

sua actividade principal e uma rampa de lançamento para outros negócios e para uma diversificação de interesses de João Ferreira Troca.

Essa oportunidade era claramente o conflito militar. No conjunto do esforço de guerra a utilização de cavalos era uma necessidade urgente e foi uma das primeiras preocupações dos responsáveis militares portugueses e britânicos na contra-ofensiva aos exércitos de Napoleão. Assegurar as cavalgaduras necessárias ao serviço das tropas e da logística militar, nomeadamente ao serviço de Cavalaria e Artilharia, foi uma das prioridades. Ora, vai ser precisamente nesta área que os serviços de Troca e do seu sócio Marrocos se tornarão cruciais.

Não foi possível apurar a relação destes com as tropas francesas, desconhecendo-se se terão realizado algum tipo de negócio com o exército comandado pelo general Junot ou se, pelo contrário, foram alvo de alguma requisição forçada, essencial para um corpo militar que se encontrava desgastado física e materialmente quando entrou em Lisboa, a 30 de Novembro de 1807.

Já quanto ao “auxílio” às forças luso-britânicas, apesar das informações nas fontes não abundarem, é possível fazer algumas observações e retirar uma primeira conclusão, que, em parte, explica as aspas utilizadas nesta frase. Os negócios aparentemente foram intensos, a actividade terá florescido e as oportunidades de bons lucros foram, muito provavelmente, potenciadas. Neste quadro, o auxílio à “Defesa do Reino” não deixava de ter um interesse comercial óbvio, não podendo ser encarado como um acto de patriotismo de alguém que não tinha qualquer reboço, no auge do conflito, em penhorar os bens de um capitão de cavalaria²⁴.

Os dados recolhidos referem-se à 2ª Invasão, comandada por Soult e reportam os preparativos para a contra-ofensiva liderada pelo marechal Beresford. Em Março de 1809, uma das prioridades do recém-nomeado Comandante em Chefe do Exército Português, “desde o primeiro momento da sua chegada a este País”, era a necessidade de se encontrarem e requisitarem um elevado número de animais que assegurassem a logística das tropas.

Em relação à Artilharia, por exemplo, seriam precisos, “pelo cálculo mais moderado”, cerca de 200 cavalos e machos. Contudo, os “esforços incessantes” nada resolviam e os exércitos, em particular o português, continuavam com falta de cavalos,

²⁴ Ver supra.

apesar de os pretenderem comprar “por qualquer preço, ou de qualquer modo”. Numa consulta do Conselho de Guerra para a Intendência Geral da Polícia, em 20 de Março de 1809, era sugerido que o Governo recorresse à “requisição” junto das populações, pedindo, igualmente, providências “o mais depressa possível” ao Intendente.

Este respondeu no dia seguinte, informando sobre as dificuldades em conseguir tal objectivo. As populações simplesmente recusavam-se a cumprir as ordens de apresentação das parelhas disponíveis para o serviço de “Defesa do Reino”, mesmo depois de instadas por “seis e mais vezes”, escondendo-as ou preferindo vendê-las, mesmo “depois de notificados”²⁵.

Isto não era novidade em Lisboa, pois já em 1797 o “superintendente das coudelarias” se queixava do reduzido número de éguas destinadas a fins militares, sendo que “poderiam existir mais se os lavradores a que dera espera para as comprarem na feira de Agualva, não encontrassem nesta ‘Atravessadores Contratadores de bestas, que as ajustavam antes de entrarem na Feira, e ficando com as melhores para as segas’”²⁶.

Em 1909, mesmo o recurso aos “negociantes de bestas pouco ou nada” adiantava, sendo o Intendente de opinião que o Governo deveria dar novas ordens, mais contundentes, para obviar “nesta desobediência” que atingia “pessoas de toda a qualidade.” A solução adoptada foi a de ordenar aos “Ministros Criminais dos Bairros” de Lisboa a elaboração de listagens com a indicação dos donos de cavalos e machos. Contudo, mesmo neste caso dever-se-ia proceder com a “maior circunspecção e civilidade”²⁷.

A preocupação em não hostilizar uma população que tinha sofrido a presença do invasor e de não tomar medidas que, nesta perspectiva, pudessem ser contraproducentes, pelo perigo de alimentarem descontentamento e distúrbios, é óbvia. O próprio Intendente confirma esta ideia ao afirmar que as autoridades encarregadas da requisição dos animais “se esquivam a praticar violentas apreensões”²⁸.

Mas quem eram esses negociantes de “bestas” que “nada” conseguiam fazer pelo Exército Português? E porque razão não conseguiam fazê-lo?

As respostas surgem noutra comunicação do Intendente Geral da Polícia que, em 24 de Março de 1809, informou não ser possível recorrer aos dois “únicos negociantes de bestas que há em Lisboa” para a aquisição dos animais necessários ao esforço de

²⁵ IAN-TT, Conselho de Guerra, caixa 965, doc. 63.

²⁶ Fernando Jorge Dorez Costa, *Insubmissão...*, p. 195.

²⁷ IAN-TT, Conselho de Guerra, caixa 965, doc. 63.

²⁸ IAN-TT, Conselho de Guerra, caixa 965, doc. 59.

guerra. Estava-se na presença de um verdadeiro monopólio gerido, nada mais, nada menos, do que por Joaquim José Marrocos e João Ferreira Troca. Os dois, sócios como se viu, foram chamados à Intendência onde declararam não poder fornecer nenhuma parelha ao exército português, pois tinham “ajustado com o Comissário Geral das Tropas Britânicas cem cavalgaduras”, para além das 600 que já tinham “vendido para o serviço da Grã-Bretanha”, provavelmente, desde o início das hostilidades, em Agosto de 1808. Restavam-lhes 14 parelhas, “que por serem pequenas ficaram reservadas para transportes”. O Intendente decidiu então levar a cabo outras diligências no sentido de conseguir as cavalgaduras necessárias, nomeadamente, lançando “mão das dos particulares”, mas a tarefa certamente não seria fácil, pois os negociantes tinham igualmente declarado estar com dificuldades em conseguir cumprir o contrato com o comissariado do exército britânico, a quem ainda só tinham entregue “quarenta e oito” das “cem cavalgaduras, entre machos e cavalos,” que se tinham comprometido a arranjar²⁹.

Em 28 de Abril as dificuldades em obter cavalgaduras para os vários serviços do Exército continuavam, pois “apesar das mais urgentes ordens” não tinha sido possível arranjar sequer metade das necessidades do momento, que ascendiam a 300 parelhas³⁰.

4. Um homem “que vive de seus bens”: os negócios de João Ferreira Troca

A oportunidade de negócio gerada pelas Invasões Francesas, pela guerra e pelas necessidades logísticas daí decorrentes, os lucros obtidos com os contratos realizados com o exército Inglês, mas também com eventuais compras a particulares, em condições muito desvantajosas para os vendedores, bem como a sua posição de especial credor de alguns militares, foram, sem dúvida, factores determinantes na diversificação de actividades a que se entregou João Ferreira Troca depois de 1812-1814³¹.

A execução das hipotecas que os militares frequentemente se viam obrigados a fazer quando lhe compravam cavalos, foi uma das formas que Ferreira Troca aproveitou para aumentar os seus bens de raiz. Este facto, atestado em várias escrituras notariais e alguns processos do Desembargo do Paço, aliado a uma maior disponibilidade de

²⁹ IAN-TT, Conselho de Guerra, caixa 965, doc. 62.

³⁰ Apenas 138 tinham sido entregues ao corregedor do bairro de Alfama. IAN-TT, Conselho de Guerra, caixa 965, doc. 59.

³¹ Apesar de surgirem alguns, poucos, exemplos antes destas datas, é a partir daqui que é possível deparar com um maior volume de escrituras de arrendamento, de contratação e de compra e venda, envolvendo Ferreira Troca. O que obviamente não é só explicado pela sua vontade em diversificar interesses, mas também pelo gradual retomar da actividade económica, interrompida pela guerra desde 1807.

capital, gerada pelos negócios da guerra, contribuíram, certamente, para a caminhada de Troca rumo à categoria de grande proprietário, de homem “que vive de seus bens”, como era denominado em vários contratos realizados cerca de 20 anos mais tarde.

Foi pelo menos assim, como se viu, que entrou na posse das herdades, “de Mata Lobinhos e Lombo do Bispo”, na vila de Coruche. Propriedades que em 1807 andavam arrendadas a José Pires Algibebe, morador na dita vila, o qual João Ferreira Troca pretendeu “expulsar”, uma vez que desejava “cultivar por sua conta as referidas herdades estabelecendo a competente lavoura (...) e criação de gados de que é capaz”³². Em 1809 alcançou a sua pretensão e tomou conta das ditas propriedades³³. E a sua capacidade para a pecuária ficou demonstrada, pois em 1821 tinha já “enormes rebanhos” a pastar em Évora (Alcobaça)³⁴.

Contudo, João Ferreira Troca não era homem de uma só actividade e, em simultâneo com a criação de gado, este “poderoso negociante e financeiro” investia, ou garantia os investimentos de outros, um pouco por todo o Reino³⁵. Em 1812, morando em Lisboa, ficou como fiador de Francisco Cândido Ferreira (morador na vila da Lourinhã) no contrato das sisas das cavalgaduras que principiou em Janeiro, pelo tempo de 3 anos e preço anual de 5.135\$000 réis³⁶. Em 1815, foi fiador de Francisco Rodrigues Camarate (morador em Lisboa e com “Loja de Confeiteiro”) no contrato do subsídio literário de Torres Vedras, igualmente, por 3 anos e implicando um investimento anual de 7.120\$000 réis. Em 1816, foi fiador do genro, José Maria Cró, um dos negociantes que viria a ser seu sócio num grande contrato com a Patriarcal, nove anos mais tarde. Neste caso, a associação deveu-se a um contrato sobre o subsídio literário de Leiria no valor anual de 4.500\$000 réis³⁷. No ano seguinte, é a sua vez de arrematar no Conselho da Fazenda o contrato da Prebenda de Coimbra, por 4 anos e por 32.600\$000 réis, a começar em 1 de Janeiro de 1817. Foram seus fiadores Francisco José de Araújo e José Joaquim Teixeira, ambos de Lisboa³⁸. Este último seria outro dos seus sócios nos dízimos da Patriarcal, em 1825.

³² IAN-TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 397, doc. 15.

³³ IAN-TT, Chancelaria de D. João VI, lv. 11, fl. 274.

³⁴ José Tengarrinha, *Movimentos Populares Agrários em Portugal*, Mem-Martins, Europa-América, 1994, Vol. II, pág. 212.

³⁵ A expressão é de José Tengarrinha, quando descreve a intervenção de João Ferreira Troca num contrato sobre direitos banais, em 1816, em Penela, e é confirmada pelos valores dos contratos que se descrevem a seguir. *Movimentos Populares...*, Vol. II, pp. 104-105.

³⁶ IAN-TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 121, fl. 53v.

³⁷ IAN-TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 121, fl. 117v.

³⁸ IAN-TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 121, fl. 123.

Por aqui se vê, igualmente, que a relação rendeiro/fiador nos contratos que envolviam dízimos, mas igualmente noutros, era, por vezes, bem mais do que uma simples “associação de interesses” momentânea ou casual, como a descrevia Eiras Roel para a Galiza³⁹.

No caso de João Ferreira Troca é ainda possível descortinar um outro tipo de relações mercantis que envolviam membros de uma mesma família. Não há a certeza se o atrás referido Francisco Cândido Ferreira seria seu familiar, mas não deixa de ser curioso que a mesma renda, num contrato a começar em 1818, fosse arrematada pelo seu filho, António Ferreira, pelo valor anual de 7.266\$666 réis, tendo Troca ficado como fiador⁴⁰. O mesmo aconteceria, acumulando, por vezes, com a posição de sócio, em 1818, no contrato das “Terças de Mirandela”; novamente, sobre a sisa das cavalgadas em 1821; sobre o subsídio literário de Santarém em 1824; ou, uma vez mais, sobre a sisa das cavalgadas em 1830 e 1833⁴¹.

Esta incursão pelas sisas das cavalgadas era, no fundo, uma extensão natural dos seus interesses no negócio de compra, venda e troca de cavalos, mas estava longe de representar o seu principal investimento.

Logo a seguir ao Triénio Liberal e, provavelmente, aproveitando a abundante criação de gado, encontramos-lo como proprietário de uma fábrica de curtumes. Criada por provisão régia de 10 de Março de 1824 localizava-se na Junqueira, Lisboa, e produzia “sola, bezerros, carneiras e cordovões [sic]”. Em 1826 empregava 1 mestre, 13 oficiais, 2 aprendizes e 23 serventes, utilizava como matéria-prima “couros e peles verdes” e era uma fábrica “muito florescente”⁴². Porém, não era a única que possuía pois, pela mesma altura, “na Vila de Alhandra”, tinha também “uma Fabrica de telha, e tijolo” na qual, em 1829, empregava 9 mestres e 13 oficiais⁴³. Fábricas que sabemos estarem ainda em funcionamento nas vésperas da entrada das tropas liberais em Lisboa⁴⁴.

³⁹ António Eiras Roel, “Evolucion del producto decimal en Galicia a finales del Antiguo Regimen: primeras series diezmales”, in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas. III - Historia Moderna*, Santiago de Compostela, 1975, p. 58.

⁴⁰ IAN-TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 121, fl. 124v.

⁴¹ IAN-TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 121, fl. 126, fl. 168, fl. 187 e lv. 122, fl. 106v, fl. 133v.

⁴² Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), Junta do Comércio, 12 (1826-1828).

⁴³ IAN-TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 625, doc. 29 e AHMOP, Junta do Comércio, 12 (1829).

⁴⁴ AHMOP, Junta do Comércio, 12 (1832). Em relação à primeira a indicação que temos é para 1833 e consta de uma relação manuscrita não datada que se encontra na referida cota.

A altura em que “floresce” a sua experiência industrial é, precisamente, a época em que João Ferreira Troca se encontra numa fervilhante actividade de contratador. A Revolução Liberal não parece afectá-lo, apesar de alguns contratempos.

Uns meses antes do movimento do Porto, em 13 de Abril de 1820, arrematou o contrato da sisa das carnes de Lisboa e seu termo, por 3 anos, a começar em 1 de Janeiro de 1821, pelo preço anual de 133.040\$000 réis. Porém, provavelmente por causa da Revolução Liberal e das suas conhecidas posições políticas, aquele contrato foi interrompido e fez-se novo pregão que andou na “Praça nos dias 5, 6 e 7 de Novembro” de 1821. No último dia o maior lanço tinha sido novamente de João Ferreira Troca que ofereceu 110.000\$000 réis, por 3 anos, entre 1822 e 1824. Aparentemente, este lanço não foi aceite e o contrato foi de novo à praça e, uma vez mais, foi ele que fez o maior lanço, desta feita mais generoso, de 129.020\$000, em 18 de Março de 1822. Contudo, esta renda não estava a ser fácil de conseguir e uma última vez voltou à praça. Para não variar, tornou a ser ele a fazer a maior oferta, arrematando finalmente a sisa das carnes, em 22 de Maio de 1822, por 130.000\$000 num contrato de 4 anos, a começar em Janeiro de 1822⁴⁵.

Apesar de todas as contrariedades, conseguiu poupar 3 contos de réis em relação à oferta inicial e, ao mesmo tempo, acrescentar-lhe mais dois anos, até 1825.

O qual, aliás, parece ter sido um ano de ouro para Ferreira Troca. Em Julho, ficou como principal arrematante da totalidade das rendas da Igreja Patriarcal no valor de cerca de 112 contos anuais⁴⁶. Porém, já desde 1823 que trazia arrematadas várias rendas, entre elas, a sisa das cavalgaduras na Alfândega das Sete Casas, a que juntou, em 1826, o “Pescado Fresco” contratado por três anos com a Casa de Bragança, a mesa da portagem, a mesa da fruta e, novamente, a sisa da mesa das carnes, esta última, em sociedade com Bernardino João Afonso e Feliciano Ramires da Mata, outro dos seus sócios no contrato da Patriarcal⁴⁷.

Com este último, aliás, parecia manter uma sólida sociedade, pois em 1825 encontram-se os dois a arrematar a renda do Subsídio Literário de Viseu, de Tomar e do Porto por 3 anos entre 1825 e 1827, algo que repetem neste último ano, desta feita, com

⁴⁵ IAN-TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 121, fl. 163v, fl. 173, fl. 176v e fl. 177.

⁴⁶ Mais pormenores sobre este contrato, o tipo de rendas envolvidas e a forma de cobrança das mesmas encontram-se desenvolvidos em Daniel Ribeiro Alves, *Os Dízimos...*, pp. 147 e seguintes, em especial, 229-230.

⁴⁷ *Almanaque de Lisboa para o ano de 1823*, parte II, p. 103; *Almanaque Português de 1826*, Lisboa, p. 292, 295 e 298; IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 292, fl. 120; Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 122, fl. 2, fl. 10 e fl. 18.

o “Subsídio da Comarca de Santarém”. Este imposto parecia ser uma das suas apostas, pois sabemos que contratou, ainda, o subsídio literário de Castelo Branco, entre 1 de Janeiro de 1826 e 31 de Dezembro de 1828, os de Aveiro, Évora e Setúbal, entre 1827 e 1829, no último caso, em sociedade com Domingos José de Miranda, e, novamente, os de Tomar, como fiador de Feliciano Ramires da Mata, entre 1828 e 1830⁴⁸.

Como é óbvio e tal como acontecia com outros negociantes, o objectivo era, essencialmente, garantir o lucro com a realização de várias sublocações⁴⁹. Esquema que aplicava tanto a estes contratos como aos que tinham por objecto a cobrança de dízimos, recorrendo, inclusive, e desde muito cedo, pelo menos, desde 1812, à publicidade na imprensa para o conseguir aplicar com maior eficácia⁵⁰.

No que dizia respeito àquelas rendas eclesiásticas, para além das da Patriarcal, arrendou igualmente comendas, outras pertencentes à Universidade de Coimbra em Enxara do Bispo, entre 1827 e 1831, e outras pertencentes à Coroa em S. Tirso de Paramos, entre 1826 e 1828. Nesses mesmos anos foi ainda fiador de Feliciano Ramires da Mata no contrato dos dízimos das freguesias de Massinhata de Seixas, Vilar Maior, Sanguedo e Seixezelo, também, da Coroa⁵¹.

É muito provável que nesta época João Ferreira Troca aproveitasse as suas relações com os absolutistas para acrescentar mais alguns contratos à sua extensa lista de negócios. A morte de D. João VI, a 10 de Março de 1826, fazia regressar à ribalta os inimigos dos liberais e corriam boatos sobre o regresso de D. Miguel. Aparentemente, um dos principais instigadores desses boatos era Ferreira Troca, que “continuava o seu negócio, muito por cima, (...) a asseverar a vinda do infante”.⁵² Terá este comportamento compensado? Observando o conjunto de contratos que o famoso “alquilé” conseguiu depois dessa data, relacionados com cobranças de rendas da Coroa, é plausível uma resposta afirmativa.

⁴⁸ IAN-TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 122, fl. 29, fl. 30, fl. 31, fl. 31v, fl. 49, fl. 49v, fl. 50v, fl. 51v e fl. 61.

⁴⁹ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 293, fl. 64v-65, lv. 296, fl. 49v-50v, fl. 128v-129 e fl. 129-129v.

⁵⁰ A 17 de Junho desse ano, juntamente com o filho fazia publicar o seguinte “aviso” na *Gazeta de Lisboa*: “António Ferreira morador na Rua Nova do Príncipe, n.º 68, em Casa de seu Pai João Ferreira Troca, pretende sublocar as Redízimas de Santarém, Porto de Mós e Ourém, que compreendem trinta e tantas igrejas pertencentes à Basílica de S. Maria Maior desta cidade, as quais serão declaradas aos sublocados na casa do sobredito, que fará ver as condições deste contrato, sublocando-as todas juntas ou divididas em cinco ramos. Quem as pretender comparecerá na casa do sobredito até o dia 24 de Junho do presente ano.” *Gazeta de Lisboa*, n.º 141, 17 de Junho de 1812.

⁵¹ IAN-TT, Mesa da Consciência e Ordens, lv. 274, fl 1; Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 122, fl. 41 e 42, Veja-se, ainda, Dulce Freire, *Dízimos...*, pp. 97-98.

⁵² Rocha Martins (dir.), *Arquivo Nacional...*, 1933, n.º 68, p. 252.

No que diz respeito às rendas decimais, é curioso verificar que no contrato da Patriarcal, para além de ficar como arrematante principal da sociedade, contratou com a mesma tomar de subarrendamento os dízimos e mais rendas de diversas igrejas em Sintra, Loures, Tojal, Tojalinho, Caneças, Fanhões, Benfica, Frielas, Lumiar, Chamusca, Sacavém, Camarate e São João da Talha, bem como as respeitantes à terça do arcebispado de Évora e rendimentos de várias igrejas e herdades da mesma diocese. Tudo por um preço anual superior a 11 contos de réis⁵³. Ao mesmo tempo foi fiador de José Maria Cró nas arrematações de rendas que pertenciam à Basílica de S. Maria Maior em Mafra, Ericeira, Sintra, Odivelas, Lisboa e Barcelos. Contratos esses feitos em 30 de Julho de 1825 em Lisboa⁵⁴.

Em ambos os casos, excluindo Évora e Barcelos, não se pode deixar de reparar que os contratos que João Ferreira Troca garante fianças ou decide administrar sozinho, fora da sociedade que tinha estabelecido em Dezembro de 1825, correspondiam a dízimos a cobrar na periferia de Lisboa. Se a esta observação se juntar o facto de este negociante deter também, a partir de 1826, as rendas dos impostos que recaíam sobre diversos géneros alimentícios e a sua circulação, ser arrematador dos “talhos de Belém” e deter o exclusivo do fornecimento de carnes para os “Navios da Armada Real”⁵⁵, cabe perguntar que papel e influência teria no abastecimento alimentar da capital na segunda metade da década de 1820?

É difícil dar uma resposta a esta questão, porém, uma coisa parece certa: João Ferreira Troca era, nessa época, um dos grandes negociantes da capital. Bastará, para isso, fazer um pequeno exercício de matemática e calcular os encargos a que estaria sujeito durante o ano de 1827 em todos os contratos que foi possível compulsar e onde ele era principal ou único arrematante, sabendo que todas essas escrituras exigiam fianças de bens móveis e de raiz. E a soma de todos eles corresponde a uma verba que ultrapassa os 140 contos de réis e que o coloca, segundo a classificação dos níveis de riqueza dos agrupamentos profissionais nos finais do Antigo Regime, elaborada por Nuno Luís Madureira, muito acima da média que foi achada para os “grandes negociantes”, cerca de 65 contos⁵⁶. Posição que deve ter continuado a ocupar pelo menos até 1833⁵⁷.

⁵³ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 295, fl. 26-26v e 128v-129.

⁵⁴ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 292, fl. 64v-66v.

⁵⁵ Luís Pastor de Macedo, “Uma figura...”, p. 188.

⁵⁶ Nuno Luís Madureira, *Inventários. Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas, séculos XV-XX,

Para além desta crescente actividade especulativa cidadina, não esquecia a sua vertente de lavrador/proprietário e continuava a adquirir ou a arrendar propriedades agrícolas, inclusive, “Lisiria[s]” que, por vezes, subarrendava⁵⁸. Entre 1819 e 1825 são vários os prazos que compra nas lezírias de Vila Franca de Xira⁵⁹. Prosseguia, além disso, com a aquisição de diversos bens espalhados um pouco por todo o país e pelos quais pagava avultadas somas, note-se, em títulos de dívida pública. Foi o caso de um campo na “Villa de Abrantes”, por 30.030\$000 réis; de uma “horta no limite da Ribeira de Abrançalha”, também, em Abrantes, por 6.597\$500; de diversos bens pertencentes a uma capela na provedoria de Aveiro, por 1.800\$635 réis; dos bens de outra em Alverca, por 1.100\$000; de um prazo na vila de Almeida, provedoria de Lamego, pertencente aos bens do extinto convento de Nossa Senhora do Loreto, por 200\$000; de um casal composto por dezanove terrenos e duas casas em Valeijas e Laveiras, concelho de Lisboa, por 7 contos de réis; de um “Casal da Charneca”, no termo de Santarém, composto por “Terras de Pão, Olival, Pastagens, e Arvores de Montado” por 7.247\$000 réis; e, por fim, de uma propriedade da extinta Inquisição em Avis, provedoria de Évora, por 700\$000. Tudo isto apenas entre 1823 e 1829⁶⁰.

Não admira, por tudo o que já foi referido, que neste último ano tenha declarado que “a sua casa, e casal se acha embaraçada com muitos Contratos Reais e outras transacções dependentes de grande apure, e liquidação, sendo outro sim certo que pela imensidade de Bens de Raiz, sitios em diversas Províncias”, não tinha ainda conseguido concluir o inventário dos seus bens que lhe era exigido por morte de sua mulher, D. Rosa Maria do Espírito Santo⁶¹. Nesse mesmo ano, morreu igualmente um dos filhos,

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 61. Como é óbvio, este é um cálculo simplista que não leva em conta, por exemplo, o papel de alguns fiadores nos contratos, entre outros factores, porém, não deixa de ser um valor indicativo e, mais do que isso, impressionante. IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 293, fl. 123-124; Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 122, fl. 1v, 10, 18, 29, 31, 31v, 41, 49, 49v, 50v e 51v. Apesar de se referir, essencialmente, a finais do século XVIII, compare-se esta visão do homem de negócio com a que é dada por Jorge Miguel Pedreira para os negociantes de Lisboa. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, (Tese de Doutoramento em Sociologia), 1995, pp. 62, 63, 76 e 105.

⁵⁷ São várias as rendas que volta a arrematar nos períodos seguintes aos acima indicados. Veja-se por exemplo os contratos das sisas das carnes e da fruta de 1829, 1830 e 1832 ainda e sempre acompanhado por Feliciano Ramires da Mata. IAN-TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, lv. 122, fl. 105v, 108v e 132v.

⁵⁸ IAN-TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 292, fl. 77v-78, lv. 297, fl. 1v-2.

⁵⁹ IAN-TT, Chancelaria de D. João VI, lv. 30, fl. 200, lv. 40, fl. 202 e Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação, lv. 12, fl. 64-68v.

⁶⁰ IAN-TT, Chancelaria de D. João VI, lv. 19, fl. 171 e lv. 27, fl. 219; Chancelaria de D. Pedro IV, Livro 10, fl. 63v; Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação, Livro 8, fl. 113-113v, Livro 9, fl. 139-140v, fl. 140v-141v, fl. 141v-142v e lv. 12, fl. 79v-81.

⁶¹ IAN-TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 735, doc. 47 e Maço 341, doc. 19.

João Ferreira da Luz, e era, em parte, por causa da morte deste que em 1833 ainda não tinha concluído o dito inventário. Mantém, então, o mesmo discurso sobre a sua “casa” que era “sumamente grande, e com Bens em diversas partes, ou para melhor dizer em quase todo o Reino, estando outro sim complicada até com Contratos Reais”⁶².

Em jeito de **conclusão**, será talvez útil voltar aos termos de abertura deste texto e à questão da oportunidade. Parece evidente que João Ferreira, “o Troca”, terá vindo dos estratos mais baixos da população⁶³, tendo construído um potentado de negócios e bens de raiz numa época conturbada da História de Portugal. Contudo, terá sido precisamente num desses momentos mais perturbadores para a economia e a sociedade portuguesas que ele aproveitou para diversificar de modo significativo as suas actividades, demonstrando uma capacidade de iniciativa e oportunismo que o elevaria à categoria de grande capitalista.

Porém, apesar de monopolizar certos contratos e rendas, ou gerir de forma quase exclusiva determinados negócios, como o das carnes e dos cavalos, João Ferreira Troca parece nunca ter abandonado o seu lado mais popular e controverso, morando, praticamente, desde sempre nos mesmos “casebres vizinhos do pátio Cadaval”, num edifício “rodeado de barracas”, que na toponímia popular era conhecido como o “pátio do Troca”⁶⁴.

A sua casa se deslocavam, quase sempre, o tabelião e as várias partes envolvidas nos diversos contratos que celebrava, sendo este, provavelmente, mais um sinal da importância e influência deste grande negociante que, contudo, não sabia escrever, assinando de cruz todas as escrituras!

⁶² IAN-TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 350, doc. 16 e Maço 675, doc. 60; Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação, lv. 17, fl. 76v.

⁶³ Para Luz Soriano, a “sua fisionomia e modos” assim o denunciavam. *Revelações...*, p. 56.

⁶⁴ Rocha Martins (dir.), *Arquivo Nacional...*, n.º 61, pp. 137-138 e Luís Pastor de Macedo, “Uma figura...”, p. 189.

5. Fontes e Bibliografia

5.1. Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Junta do Comércio

Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo

Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, Santa Justa

Chancelaria de D. João VI

Chancelaria de D. Pedro IV

Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação

Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos

Conselho de Guerra

Desembargo do Paço, Estremadura

Inventários Orfanológicos

Mesa da Consciência e Ordens

Notariais-Lisboa, Cartório 7B

Registo Geral de Mercês

5.2. Fontes impressas

Almanaque de Lisboa para o ano de 1823

Almanaque Português de 1826

D. Miguel em Portugal, Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, 1852.

Gazeta de Lisboa

Macedo, José Agostinho de, *Obras inéditas: cartas e opúsculos*, Lisboa, Typ. Academia Real das Sciencias, 1900.

Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna..., Parte Primeira e Segunda, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

Soriano, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo II, Parte I, 1882.

Soriano, Luz, *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*, Lisboa, Typ. Universal, 1860.

5.3. Bibliografia

Alves, Daniel Ribeiro, *Os Dízimos no Final do Antigo Regime: Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834)*, Dissertação de Mestrado policopiada, FCSH-UNL, 2001.

Cabral, Francisco Alberto da Costa, *Liberais e absolutistas: antecedentes de uma polémica sangrenta*, Lisboa, Livraria J. Rodrigues, 1932.

Costa, Fernando Jorge Does, *Insubmissão. Aversão e inconformidade sociais perante os constrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2005.

Eiras Roel, António, “Evolucion del producto decimal en Galicia a finales del Antiguo Regimen: primeras series diezmales”, in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas. III - Historia Moderna*, Santiago de Compostela, 1975.

Freire, Dulce, *Os dízimos no distrito de Lisboa: os últimos cinco anos (1827-1831)*, Lisboa, policopiado, 1996.

Macedo, Luís Pastor de, “Uma figura tristemente célebre”, in *Olisipo*, n.º 40, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 1947.

Madureira, Nuno Luís, *Inventários. Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas, séculos XV-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989.

Martins, Rocha (dir.), *Arquivo Nacional. Arquivo de história antiga e de crónicas contemporâneas*, Lisboa, Edições ABC, 1933.

Martins, Rocha, *Os românticos antepassados de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945.

Pedreira, Jorge Miguel, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, (Tese de Doutoramento em Sociologia), 1995.

Tengarrinha, José, *Movimentos Populares Agrários em Portugal*, Mem-Martins, Europa-América, 1994.